**ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM DEBATE: ENTRE O CUIDADO, AS METAS E O GERENCIALISMO**

*Cláudia Suéli Weiss[[1]](#footnote-1)*

 *Ana Cláudia Delfini[[2]](#footnote-2)*

**Eixo Temático: Trabalho e Formação Docente**

A inserção da lógica do gerencialismo nas políticas públicas, há algumas décadas, apresenta desdobramentos que atingem as políticas docentes. O gerencialismo difundiu-se como “um canto da sereia”, pois estava associado à ideia de Estado enxuto, modernizado, ágil, eficiente, além de desburocratizado, portanto, mais eficaz (SHIROMA, 2018). Entre os anos de 1990 e 2000, quando mencionamos condições de oferta em educação e valorização dos profissionais da educação, podemos afirmar que estas se constituíram em meio a um processo de reforma educacional que vivemos. Tal reforma, segundo Ball (2005), caracterizou-se por três elementos, sendo eles: o profissionalismo, a performatividade e o gerencialismo. Estes conceitos, ainda segundo o pesquisador, são frutos da inserção no setor público de uma cultura empresarial competitiva, ou seja, o gerencialismo. A atual política educacional acaba por fomentar um processo que valoriza uma racionalidade técnica e constitui um novo gerencialismo, que se organiza centrado nas pessoas e o seu valor é dado pelo sucesso competitivo entre os sujeitos. Castro (2007) corrobora com a nossa discussão quando menciona que essa cultura empresarial competitiva inserida no setor público contribuiu para alterar o modelo burocrático piramidal da administração pública, pois trouxe mudanças, como a flexibilização da gestão, a redução dos níveis hierárquicos, bem como o aumento da autonomia de decisão dos gestores da educação pública. Em 2012, o Banco Mundial também expõe claramente o seu interesse em monitorar o desempenho do sistema de ensino, quando publica o livro Achieving World-Class Education in Brazil: the next agenda (BRUNS; EVANS; LUQUE, 2012). Para justificar o interesse no monitoramento, o Banco Mundial afirma que lhe compete três funções primordiais:

i) Desenvolver as habilidades da força de trabalho para o crescimento econômico sustentado; ii) Contribuir para a redução da pobreza e desigualdade, fornecendo oportunidades educacionais para todos, e iii) Transformar os gastos com educação em resultados educacionais – acima de tudo, aprendizagem do aluno (BM, 2012, p.4).

As preocupações dessas agências de planejamento econômico com a educação mundial visam garantir a reprodução das condições necessárias à mobilidade das empresas pelos continentes em busca de vantagens competitivas. Seria o canto da sereia que falamos no início dessa discussão? Essas preocupações podem não estarem focadas na aprendizagem do aluno, como menciona o BM, mas sim em atender o capital internacional de ter à disposição, em diversas parte do globo, como afirma Shiroma “trabalhadores munidos de competências que necessita para sua reprodução ampliada” (2018, p.89). Os objetivos desse estudo são observar como se efetivam as concepções e as práticas gerencialistas na educação, trazendo para discussão os impactos que o gerencialismo causa no setor público educacional, como uma nova forma de poder e controle. Ainda, objetiva-se ampliar o olhar para os professores da educação básica pública, pois entendemos que estes profissionais estão desempenhando suas funções divididos entre: o cuidado, as metas e o gerencialismo. Esta é uma pesquisa bibliográfica e documental, que traz à baila as críticas ao gerencialismo na educação desde a década de 1990, no Brasil. Para essa escrita, fundamentamo-nos na análise da literatura existente, para compreender a implementação da lógica gerencial na educação e as reformas educacionais que decorrem dela. Existe uma multiplicidade de mecanismos de controle que são estabelecidos de modo em que se combinem e se reforçam, iniciando desde a formação (inicial e continuada) dos docentes, e se estendendo ao planejamento das atividades e às avaliações de aprendizagem que serão aplicadas. Todo esse processo sendo orquestrado por uma hierarquia burocrática e pela divisão do trabalho, no qual não existe autonomia docente, mas sim coloca o docente como o executor das ações em sala de aula. Muito antes de se pensar em lucros imediatos com as receitas/serviços que são ofertadas pelas Organizações Multilaterais, interessa aos grandes grupos empresariais fazer parte das mesas que definem as agendas das políticas públicas.

**Palavras-chave**: Gerencialismo. Educação. Docência. Metas.

**Referências**

BALL, S. J. **Profissionalismo, Gerencialismo e Performatividade**. Cadernos de Pesquisa, v. 35, n. 126, p. 539-564, set./dez. 2005.

BRUNS, Barbara. EVANS, David. LUQUE, Javier. **Achieving World-Class Education in Brazil: the next agenda**. Washington: The World Bank, 2012.

CASTRO, A. M. D. A. Gerencialismo e Educação: estratégias de controle e regulação da gestão escolar. CABRAL NETO et. al. (org.). **Políticas e Contrapontos da política educacional: uma leitura contextualizada de iniciativas governamentais**. Brasília: Liber Livros, 2007, p. 115-144.

SHIROMA, Eneida Oto. **Gerencialismo e formação de professores nas agendas das Organizações Multilaterais**. Momento: diálogos em educação. E-ISSN 2316-3100, v. 27, n 2, p. 88-106, mai./ago, 2018.

1. Acadêmica de curso de pós-graduação Stricto Sensu em Educação, da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI)

E-mail: claudia.du@yahoo.com.br [↑](#footnote-ref-1)
2. Professora Orientadora de Curso de pós-graduação Stricto Sensu em Educação, da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI)

E-mail: anaclaudia@univali.br

Agência de Fomento: CAPES [↑](#footnote-ref-2)